

## **AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E AS POLÍTICAS DE INCLUSÃO DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NA REDE REGULAR**

**Sandra Lia de Oliveira Neves**

*Universidade Federal de Juiz de Fora - salioneves@gmail.com*

**Orientador: Prof. Dr. Eduardo Magrone**

*Universidade Federal de Juiz de Fora*

**Resumo:** As políticas públicas voltadas para a inclusão dos alunos com deficiência são questões que fazem parte do contexto escolar da atual sociedade, e requerem atenção especial, para que se possa criar um sistema educacional que atenda as necessidades desses alunos e possibilite a inclusão de todos no âmbito das instituições de ensino. Esta pesquisa teve por finalidade o estudo do processo de implementação das ações educacionais de inclusão dos alunos com deficiência, na Rede Municipal de Educação de um município do Estado de Minas Gerais, do Ensino Fundamental I, a fim de avaliar as ações que contribuem para a implementação da educação inclusiva que oportuniza a todos o direito de igualdade de oportunidades. A metodologia teve como base a pesquisa documental, bibliográfica e de campo. Os resultados obtidos proporcionaram a avaliação dos limites e das possibilidades de efetivação das práticas inclusivas nas escolas municipais e a relação entre família e escola, pilar fundamental para o sucesso da inclusão escolar.

**Palavras-chave:** Educação. Inclusão. Alunos com deficiência.

### **Introdução**

As políticas públicas educacionais estão inseridas nas políticas sociais e é responsabilidade do poder público criar, aplicar, monitorar e avaliar as metas das políticas públicas educacionais, que visam traçar ações voltadas para as questões referentes à educação escolar. Entretanto, não se pode deixar de considerar que o sucesso das políticas públicas não depende tão somente dos governos, mas também de todos os envolvidos nesse processo. A participação da sociedade é de grande importância para a implementação e qualidade dos objetivos traçados pelas políticas públicas.

As Políticas Públicas de inclusão foram criadas para garantir o direito de igualdade de oportunidades para os alunos com deficiência. No Brasil existem leis, decretos, portarias e resoluções direcionadas à inclusão. É dever dos órgãos governamentais promover ações que viabilizem e fiscalizem a concretização de uma política educacional inclusiva. Na visão de Stainback (1999, p.21) “a educação é uma questão de direitos humanos, e os indivíduos com deficiências devem fazer parte das escolas, as quais devem modificar seu funcionamento para incluir todos os alunos”.

A identidade da pessoa com deficiência não está na sua incapacidade, nas suas limitações, ela vai além das características físicas e mentais. Entender o outro requer entender

os princípios de sua formação, é entender a forma como pensa e age diante das inúmeras situações da vida.

As pessoas com deficiência desfrutam do direito à igualdade de oportunidades dentro do sistema educacional regular. A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência visa garantir a igualdade de oportunidade.

A construção de um sistema educacional inclusivo, voltado para as pessoas com deficiência, precisa de ações governamentais que visem à elaboração de políticas que contribuam para a efetivação das reais necessidades das pessoas com deficiência, tais como: recursos pedagógicos adaptados, espaço físico adequado, promovendo o acesso do aluno em toda extensão da escola, profissionais capacitados para lidar com a diversidade, além de um trabalho social que valorize esse grupo de indivíduos salientando suas capacidades cognitiva e social.

A pesquisa tem por objetivo o estudo do processo de implementação de políticas educacionais inclusivas, com enfoque em uma Rede Pública Municipal do Estado de Minas Gerais, direcionadas aos alunos com deficiência, matriculados no Ensino Fundamental I, a fim de verificar os limites e possibilidades de efetivação da inclusão dos alunos com deficiência.

Os objetivos específicos focaram os fatores intraescolares como a verificação da prática de direitos humanos empregada pela Rede Municipal de Educação, a fim de avaliar ações pedagógicas inclusivas em relação aos alunos com deficiência e alternativas que visaram superar a exclusão desses alunos, revendo, assim, o papel da escola e seu posicionamento diante das diferenças. A averiguação da política educacional direcionada para o atendimento e para o provimento de recursos destinados aos alunos com deficiência. Entretanto, ao longo da pesquisa, observou-se que, durante o relato de gestores e professores, um fator externo emergiu como um grande entrave na implementação das políticas de inclusão – a relação da família com a escola. Fato este já mencionado no projeto político pedagógico da rede municipal, que aponta a resistência familiar como um dos grandes obstáculos para a inclusão dos alunos com deficiência.

A pesquisa contribuiu para a obtenção de dados que apontem as dificuldades acerca da implementação das políticas públicas inclusivas, do município mineiro, mostrando os problemas mais emergentes que dificultam o desenvolvimento social e cognitivo dos alunos com deficiência na rede regular de ensino.

## **Metodologia**

Para o estudo e análise da dissertação, utilizamos como procedimento metodológico a pesquisa documental, bibliográfica e de campo.

A pesquisa documental recorreu aos arquivos públicos municipais, estaduais e nacionais tais como os documentos publicados pelo Ministério da Educação e Governo Federal. Além disso, consultou também documentos públicos do município mineiro sobre as políticas públicas educacionais municipais empregadas pela Secretaria de Educação, da rede pública de ensino do referido município. Dentre os documentos municipais, que recorreremos para a redação da dissertação estão o Plano Municipal Decenal de Educação (2015-2024), o Projeto Político Pedagógico do município e o Regimento Escolar das escolas municipais, disponibilizados pela Secretaria de Educação do município.

Para a coleta e elaboração dos dados estatísticos, teve-se como fonte as informações do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e dados coletados pela pesquisadora, através das observações realizadas em campo.

A pesquisa bibliográfica teve por base as publicações de livros, teses, monografias e pesquisas realizadas sobre as políticas públicas de educação inclusiva. Tais como: Gohn (2011), Mantoan (2013), Monteiro e Manzini (2008), Ramos (2016), Stainback (1999), Toledo e Vitaliano (2012), dentre outros.

A pesquisa de campo envolveu a aplicação de entrevista semiestruturada e observação.

Inicialmente, realizei um levantamento de dados sobre a política educacional traçada pela SME e estudei o desenho e a implementação dessa política, dando ênfase no que tange à educação inclusiva, analisando os impactos dessa política nos campos que compõem o cotidiano escolar dos alunos com deficiência, enfocando os dados qualitativos dessa política.

Em seguida, realizei uma pesquisa de campo para obter informações sobre as influências das ações pedagógicas na implementação das políticas inclusivas, praticadas no município. Através de entrevistas com professores das escolas públicas, do ensino fundamental, busquei verificar os aspectos positivos e negativos advindos da implementação da política pública voltada para a inclusão escolar.

Foram coletadas informações das ações pedagógicas implantadas nas escolas, a fim de atender as necessidades dos alunos; do recebimento de material didático apropriado; da criação de salas de recurso; do acompanhamento pedagógico dos alunos; da acessibilidade

dos alunos com deficiência ao espaço físico da escola e da relação da família dos alunos com a escola, dando ênfase para as famílias dos alunos com deficiência.

De acordo com os resultados obtidos, relatei os dados qualitativos oriundos do processo de implementação das políticas públicas do Município, direcionadas para a educação inclusiva, voltada para os alunos com deficiência.

## **Resultados**

Diante das sugestões do corpo docente e das observações realizadas durante o ano letivo de 2017, pode-se perceber que há alguns entraves que impossibilitam a implementação das políticas educacionais de inclusão dos alunos com deficiência, na Rede Regular de Ensino.

Todas as professoras que participaram da entrevista salientaram a questão familiar, colocando-a como o grande obstáculo para ações pedagógicas. O apoio da família é fundamental para o desenvolvimento do aluno, mas também é de fundamental importância a conscientização da comunidade escolar em relação às práticas de inclusão e a relevância dela para o crescimento e desenvolvimento de todos.

No PMDE (2015-2024), na meta 4, referente à inclusão, encontramos uma estratégia que visa “estimular a participação das famílias e da sociedade na construção de um sistema educacional inclusivo. O PPP tem o compromisso de “praticar a inclusão em toda a sua expressão e possibilidade”. Para alcançar tais objetivos, é necessário que todos estejam dispostos a abrir mão de velhos paradigmas e se dispor a conhecer novas formas de ensinar/aprender.

As desigualdades socioeconômicas e culturais das famílias são um dos grandes problemas vivenciados pelas escolas municipais. De acordo com relatos das professoras, a maioria das famílias tem baixa instrução e possui uma renda familiar que, na maioria das vezes, não supre as necessidades básicas de saúde. Essa disparidade dificulta e até impede o entendimento, por parte das famílias, da necessidade dela estar à frente da educação de seus filhos, o que faz com que essas famílias deixem as questões educacionais a cargo da escola.

Para estabelecer a parceria entre família e escola, uma das professoras, mencionou a necessidade de a escola buscar a família. Nesse sentido, percebe-se que é indispensável que a Secretaria Municipal de Educação, juntamente com a equipe pedagógica das Escolas da Rede Regular de Ensino, desenvolva projetos que envolvam a participação da família na vida escolar de seus filhos.

Segundo o Projeto Político Pedagógico (PPP), da Rede Municipal de Educação, a construção de um ambiente escolar acolhedor e mediador é uma das questões relevantes para a educação. Entretanto, durante a pesquisa de campo, observamos a ausência da família, a indisciplina dos alunos, e à falta de interesse pela aprendizagem. Tais fatos nos levaram a pensar na necessidade de mudança nas práticas pedagógicas, para que se possa trazer a família para junto da escola e despertar o interesse e a vontade do aluno pelos saberes escolares, e assim construir um ambiente acolhedor e mediador.

A formação continuada também é contemplada pelo PPP e pelo PMDE, que, através da Secretaria Municipal de Educação, promove reuniões internas com o propósito de trocar experiências entre os professores, debater temas, ministrar palestras, discutir as necessidades e possibilidades de cada instituição e ministrar cursos, simpósios e grupos de estudos. Porém, no decorrer das entrevistas, algumas professoras disseram que se sentem sozinhas e despreparadas e pouco aproveitam daquilo que ouvem nas palestras e cursos que realizam e ainda ressaltaram a falta de apoio não só por parte da família, mas também dos próprios colegas de trabalho. Diante desse quadro, percebe-se a necessidade de mudanças no planejamento desses encontros, afim de que eles possam de fato contribuir para formação dos professores e não serem apenas meras formalidades para cumprimento das diretrizes formuladas para a educação simonense.

O fato de haver professores, que pensam que seus alunos com deficiência não acompanham a turma e até atrapalham o andamento da mesma, mostra o despreparo do corpo docente e da escola para atuar num contexto de educação inclusiva. Isso faz com que o aluno acabe por ser vítima de discriminação.

É importante que o professor esteja preparado para lidar com as diversas situações inusitadas que surgem ao longo do caminho, para que possa desempenhar com êxito seu papel de promover o desenvolvimento pleno do aluno.

A capacitação dos professores deve privilegiar ações pedagógicas inovadoras, direcionadas para a relação ensino/aprendizagem que, aliadas ao conhecimento específico, que cada professor traz de sua disciplina, possa contribuir para amenizar as dificuldades e dar suporte para o planejamento das aulas.

No PMDE, no Art. 2º, que se refere às diretrizes do PME, no Inciso III, aparece o compromisso com a “superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação”, entretanto observa-se, através dos apontamentos do corpo docente, que a existência de conceitos equivocados sobre inclusão e/ ou a falta de maiores esclarecimentos sobre o que é e como promover a inclusão dos alunos com deficiência faz com que as práticas pedagógicas contribuam mais para a exclusão do que para a inclusão.

Independente da deficiência apresentada pelo aluno, o professor deve focar no seu potencial para aprender e conviver. As pessoas com deficiência lidam, diariamente, com suas limitações, e todos os dias, superam inúmeros obstáculos, portanto devemos, como professores, valorizar as capacidades e direcionar nossas práticas pedagógicas para o desenvolvimento das habilidades de nossos alunos.

Não devemos ignorar o importante papel da família para a educação escolar dos alunos, se a família não apoia, faz-se ausente e deixa a cargo da escola, toda a responsabilidade pela educação de seus filhos, então é preciso ouvir essas famílias, entender seus problemas, dar a elas a assistência na medida das suas necessidades, e trazê-las para junto da escola, a fim de que ela possa participar da vida escolar de seus filhos.

### **Discussão**

Uma escola inclusiva reconhece e respeita a diversidade e se prepara para atender às necessidades específicas de seus alunos, garantindo a aprendizagem e a convivência com o outro, bem como a igualdade de oportunidade para todos os alunos, valorizando a acessibilidade, permanência e a qualidade do ensino. A inclusão abrange todos, inclusive as pessoas com deficiência. “A educação, para ser inclusiva, deve se basear no reconhecimento das diferenças, na busca de valores e práticas comuns, na convivência com a diversidade.” (BISOL e VALENTINI, 2014, p. 230).

Não cabe mais à sociedade atual a segregação das pessoas com deficiências. Atualmente, reconhece-se o direito desses sujeitos de exercer sua cidadania, seu papel social. Crianças, jovens e adultos com deficiências necessitam de atendimento específico para desenvolver seus talentos. São eles plenamente capazes de produzir, quando têm seus limites e tempo respeitados. De acordo com Bisol e Valentini (2014, p. 230) “a alternativa de negar a diferença, anulando o outro, encontra cada vez menos espaço na sociedade contemporânea que procura conceder à diversidade um lugar”.

A aprendizagem desenvolve-se nos níveis cognitivo, afetivo e relacional e, portanto, construir um sistema educacional inclusivo requer a formulação de estratégias e programas que valorizem e respeitem o ser humano, combatendo assim os preconceitos e discriminações que afetam sua dignidade.

A identidade da pessoa com deficiência não está na sua incapacidade, nas suas limitações, a identidade de um sujeito vai além das características físicas e mentais. As pessoas com deficiência têm suas limitações, mas, de acordo com Pereira (2014), elas estão aptas a praticar determinadas atividades e têm o direito de praticá-las dentro de seus limites.

Entender o outro requer entender os princípios de sua formação, é entender a forma como pensa e age diante das inúmeras situações da vida. Nesse sentido, pensa-se na possibilidade de a escola desenvolver estratégias que contribuam para o bom desempenho de seus alunos, oportunizando a todos a capacidade de desenvolver suas habilidades e competências, contribuindo para a formação do cidadão, capaz de opinar e fazer suas próprias escolhas. Entretanto, de acordo com Pereira (2014), além do desenvolvimento de estratégias educativas, é de suma importância, para a efetivação da inclusão, a forma de acolhimento oferecida aos alunos, pois ela é fundamental no processo de socialização do aluno com deficiência com os seus pares.

Para tanto, faz-se necessário estar aberto para aceitar o diferente sem discriminação e sem preconceito, pois “é no campo educativo que o acolher de pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (NEE) serve de ponte para a construção de uma educação igualitária.” (PEREIRA, 2014, p. 11). Portanto, auxiliar e orientar todos os envolvidos no processo de inclusão escolar é fator primordial para a construção das relações afetivas harmônicas, capazes de respeitar as diferenças. O trabalho de conscientização sobre a inclusão escolar é um requisito importante para constatar as dúvidas, os temores e as angústias tanto por parte da equipe escolar, quanto por parte dos alunos com e sem deficiência.

Um dos grandes desafios da educação inclusiva é a questão da acessibilidade dos alunos com deficiência, tanto no que refere-se à infraestrutura das instituições de ensino regular, quanto às condições de acesso ao currículo escolar. Esses desafios são questões que dificultam o processo de aprendizagem.

Em se tratando da acessibilidade, Lippe, Alves e Camargo (2012) destacam a necessidade de se lançar um olhar não somente no que tange à infraestrutura, mas também sobre a acessibilidade do currículo, pois, na escola pesquisada, o currículo “não é disponibilizado ao aluno cego, pois ele não tem acesso

à informação em virtude de não ter o material adaptado em Braille.” (LIPPE, ALVES, CAMARGO, 2012, p. 89). Destacam ainda a necessidade de metodologias adequadas nos cursos de formação inicial para atender aos alunos com deficiência e a falta de interesse por cursos de formação continuada por parte dos professores.

Apesar das inúmeras barreiras enfrentadas pelas escolas regulares para promover um sistema escolar inclusivo, não podemos negar que, no decorrer dos anos, o atendimento educacional dos alunos com deficiência sofreram transformações que favoreceram o processo de inclusão dos alunos com deficiência no ensino regular. De acordo com Dainez e Smolka (2015), houve a ampliação do aparelho do Estado, passando a regulamentar o atendimento educacional; mudanças na legislação brasileira; mudança das instituições filantrópicas e assistencialistas, que se tornaram serviços de apoio; o aumento de matrículas dos alunos com deficiência e a oferta do serviço especializado. Apesar dos avanços ocorridos em relação à inclusão, não podemos deixar de pensar no papel da família junto à escola. É importante que se invista em programas de apoio as famílias dos alunos com deficiência, a fim de conscientizá-las da importância do seu apoio, para o sucesso da vida escolar de seus filhos.

## **Conclusões**

Ao longo dos anos, surgiram vários movimentos sociais no Brasil, com o intuito de combater discriminações e preconceitos e reivindicar direitos que visam o respeito, a dignidade e a justiça. Diante desse contexto, encontram-se as políticas públicas que visam criar ações para solucionar problemas de ordem social. Assim, as políticas públicas trazem um sistema de metas e planos que visam o bem-estar da sociedade, mas, como nem sempre elas atendem de fato as necessidades do povo, então há necessidade de intervenção social e essa intervenção adquiriu força a partir dos movimentos sociais.

As políticas educacionais estão inseridas nas políticas sociais e sofrem diversas modificações do decorrer dos anos para melhor atender as necessidades da sociedade.

A partir da luta social pela inclusão dos alunos com deficiência, ações governamentais são formuladas para garantir a pessoa com deficiência o direito à educação, nas instituições de ensino regular, de forma que elas possam receber os meios adequados para desenvolver suas habilidades e competências.

No município mineiro, local da pesquisa, foram criados o Projeto Político Pedagógico da Rede Municipal de Ensino (PPP) e o Plano Municipal Decenal de Educação (PMDE) que contemplam o direito das pessoas com deficiência a



ter o acesso às escolas regulares da rede e, dentro das possibilidades do município, está o compromisso de prover os meios para o seu desenvolvimento cognitivo e social. Garantir o direito à igualdade de oportunidades, combater preconceitos e discriminações, promover um ambiente acolhedor e uma educação de qualidade são algumas das metas estabelecidas pelas políticas educacionais inclusivas do município de Simão Pereira, entretanto, sabemos que nem sempre a implementação das políticas públicas se dá em conformidade com a formulação das mesmas.

No decorrer dessa pesquisa, pôde-se perceber alguns obstáculos na implementação das políticas educacionais inclusivas e, dentre esses, o que mais se destacou foi a falta de apoio familiar na vida escolar dos alunos, para explicar tal problema, as professoras entrevistadas levantaram algumas hipóteses como a baixa renda escolaridade das famílias. Aliado a esse obstáculo surgiu também fatores internos como a falta de parceria entre professores e profissionais especializados e entre as Secretarias de Educação, Cultura e Saúde, e a falta de uma capacitação profissional que atenda às reais necessidades do corpo docente do município, tais problemas de ordem interna também dificultam a efetivação das políticas educacionais inclusivas.

Não foi objetivo de esta pesquisa buscar “culpados” pelos problemas que dificultam a implementação da inclusão das pessoas com deficiência, pois não acreditamos que haja “culpados”, mas acreditamos que haja conceitos equivocados que promovem ações indevidas e contrárias à inclusão.

O município pesquisado caminha rumo a efetivação das políticas educacionais inclusivas, mas ainda há necessidade de alguns “ajustes” que diminuam os limites e aumentem as possibilidades de sucesso.

## Referências

BISOL, C. A., VALENTINI, C. B. **Objeto Virtual de Aprendizagem Incluir: Recursos para a Formação de Professores Visando à Inclusão.** Rev. Bras. Ed. Esp., Marília, v. 20, p. 223 – 234. Abr – Jun, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbee/v20n2/06.pdf>. Acesso em: 20/03/2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil** / coordenação Mauricio Antônio Ribeiro Lopes. 3ª ed. rev. e atual. – São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. **Programas e Ações.** <http://portal.mec.gov.br/secretaria-de-educacao-continuada-alfabetizacao-diversidade-e-inclusao/programas-e-aco-es>. Acesso em 13/07/2016.

BRASIL. Sec. de Educação Especial. **Saberes e práticas da inclusão**: recomendações para a construção de escolas inclusivas. [2. ed.] / coordenação geral SEESP/MEC. – Brasília : MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006. 96 p. (Série: Saberes e práticas da inclusão). [http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/const\\_escolasinclusivas.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/const_escolasinclusivas.pdf). Acesso em 19/07/2016.

BRASIL. Sec. de Educação Especial. **Saberes e práticas da inclusão**: dificuldades acentuadas de aprendizagem – *deficiência múltipla*. 4. ed. / elaboração profª Ana Maria de Godói – Associação de Assistência à Criança Deficiente – AACD... [et.al.]. – Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006. (Livro Digital)

BRASIL. Ministério da Educação. **Documento subsidiário à política de inclusão** / Simone Mainieri Paulon, Lia Beatriz de Lucca Freitas, Gerson Smiech Pinho. –Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2005. <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/docsubsidiariopoliticadeinclusao.pdf> Acesso em 14/07/2016.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato20152018/2015/Lei/L13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20152018/2015/Lei/L13146.htm). Acesso em: 16/05/2016.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Diretrizes e bases da educação nacional**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm)>. Acesso em: 20 dez. 2014.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação - PNE (2014-2024)** Disponível em:<http://www.observatoriodopne.org.br/uploads/reference/file/439/documento-referencia.pdf>. Acesso em: 02/07/2015.

DAINEZ, D., SMOLKA, A. L. B. **A Função Social da Escola em Tempos de Educação Inclusiva**: uma discussão necessária. 37ª Reunião Nacional da ANPEd – 04 a 08 de outubro de 2015, UFSC – Florianópolis. Disponível em: <http://www.anped.org.br/sites/default/files/trabalho-gt15-3654.pdf>. Acesso em: 05/10/2016.

DECLARAÇÃO de Salamanca. Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em: 16/dez./2014.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 47ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - **Censo Demográfico 1991, Contagem Populacional 1996, Censo Demográfico 2000, Contagem Populacional 2007 e Censo Demográfico 2010**. <http://cod.ibge.gov.br/2ZQS>. Acesso em 02/08/2016.

LIPPE, E. O., ALVES, F. S., CAMARGO, E. P. **Análise do Processo Inclusivo em uma Escola Estadual no Município de Bauru**: a voz de um aluno com deficiência visual. Revista Ensaio. Belo Horizonte, v. 14, n. 02, p. 81 – 94. Maio – Ago. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/eped/v14n2/1983-2117-eped-14-02-00081.pdf>. Acesso em: 20/03/2017.

MANTOAN, M. T. **O Desafio das Diferenças nas Escolas**. 5 ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

MINAS GERAIS. Conselho Estadual de Educação. **Parecer CEE nº 424/03**. Propõe normas para a Educação Especial na Educação Básica, no Sistema Estadual de Ensino de Minas Gerais. Belo Horizonte, 22 maio 2003 a. Disponível em: [https://www.educacao.mg.gov.br/images/documentos/%7BF1D74B0D-78A7-4D3E-BD56-355CF4762BDA%7D\\_parecer\\_424\\_educacao\\_especial.pdf](https://www.educacao.mg.gov.br/images/documentos/%7BF1D74B0D-78A7-4D3E-BD56-355CF4762BDA%7D_parecer_424_educacao_especial.pdf)> Acesso em: 3 jan. 2015.

MINAS GERAIS. Conselho Estadual de Educação. **Resolução CEE Nº 451/03**. Belo Horizonte, 27 maio 2003b. Disponível em: <<http://www.proex.pucminas.br/sociedadeinclusiva/forummineiro/arquivos/resolucao.pdf>>. Acesso em: 3 jan. 2015.

MINAS GERAIS. **Constituição do Estado de Minas Gerais**. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/opencms/export/sites/default/consulte/legislacao/Downloads/pdfs/ConstituicaoEstadual.pdf>> Acesso em: 8 jul. 2015.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação. **Plano de desenvolvimento do aluno**. Disponível em: <[https://www.google.com.br/?gws\\_rd=ssl#q=plano+de+desenvolvimento+individual+do+aluno](https://www.google.com.br/?gws_rd=ssl#q=plano+de+desenvolvimento+individual+do+aluno)> Acesso em: 3 jan. 2015.

PACHECO, José... et.al. **Caminhos para a inclusão: um guia para o aprimoramento da equipe escolar**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

PAÍN, S. **Diagnóstico e Tratamento dos Problemas de Aprendizagem**. Tradução Ana Maria Netto Machado. – Porto Alegre: Artmed, 1985.

PEREIRA, M. F. D. R. **Educação Especial: a inclusão escolar na perspectiva do acolhimento como uma ação diferenciadora nas escolas da rede regular de ensino**. Universidade Estadual da Paraíba - 2014. Disponível em: <http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/123456789/5968/1/PDF%20-%20Maria%20de%20F%20C3%A1tima%20Dias%20Rocha%20Pereira.pdf>. Acesso em: 09/01/2017.

RAMOS, Rossana. **Inclusão na Prática – Estratégias Eficazes para a Educação Inclusiva**. 3 ed. – São Paulo: Summus, 2016.

SAMPAIO, C. S. **A Complexidade do Processo Ensino/Aprendizagem e a Possibilidade de uma Prática Pedagógica Inclusiva na Escola de Ensino Fundamental**. UNIRIO, GT: Educação Fundamental/n.13, CAPES. Disponível em: <http://www.anped.org.br/sites/default/files/t131.pdf>. Acesso em: 05/10/2016.

STAINBACK, S.; STAINBACK, W. **Inclusão: um guia para educadores**. Tradução Magda França Lopes. Porto Alegre: Artmed, 1999.